

REVISTA

O ESTUDO DA
HISTÓRIA

nº 4

INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA E EDUCACIONAL
—
TENDÊNCIAS, PERSPECTIVAS E PANORÂMICAS

A:P:H

Associação de Professores de História

COMO NASCEU A ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

João Luís Cardoso

Universidade Aberta e Academia Portuguesa da História

1 – Introdução

A pedido do Dr. José Sales, a que gostosamente dou resposta pela positiva, apresenta-se uma sùmula das principais linhas de força que determinaram as trajetórias da actividade arqueológica em Portugal desde a época, já recuada, em que adquiriu, definitivamente, o suporte científico que, actualmente, legitima a sua própria existência. Naturalmente, trata-se de ensaio essencialmente descritivo, sem a discussão crítica das matérias, que neste contexto seria de difícil satisfação: o objectivo deste modesto contributo resume-se, tão-somente, à apresentação, de forma expedita, da génese e afirmação de uma actividade científica que, embora muito mediatizada em tempos recentes, e por essa via tornada familiar a muitos de nós – e em especial aos docentes de História, até por dever de ofício – nem por isso conseguiu ser melhor conhecida ou compreendida, nos seus métodos e objectivos essenciais.

2 – Do século XVI ao século XVIII

A verdadeira paixão que despertaram, nas elites cultas da Renascença, os monumentos e objectos da Antiguidade Clássica, deu origem, também em Portugal, à iniciativa de diversos estudiosos, que de forma mais ou menos continuada, procuraram contribuir para o conhecimento da presença de povos antigos em Portugal, com destaque para os Romanos; o mais acabado destes verdadeiros pioneiros do estudo do que então se admitia ser o passado humano mais obscuro do território português é o do humanista eborense André de Resende: ainda em sua vida, em 1575 se publicou a segunda edição da História da Antiguidade da Cidade de Évora (3ª. Edição em 1783) e, já póstuma, a primeira edição das “De Antiquitatibus Lusitaniae” impressa em Évora, em 1593 (Fig. 1), a que se seguiu uma segunda edição, ainda quinhentista, feita em Roma no ano de 1597. E outros contributos de ilustres humanistas-antiquários portugueses se poderiam referir e valorizar, no âmbito do conhecimento do passado clássico da Lusitânia, se o espaço agora o permitisse. Apenas mais um exemplo, do século seguinte, o do Capitão Luiz Marinho de Azevedo que, em 1652 (2ª. Edição de 1753) publicou a “Fundação, antiguidades e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa”, obra em que se transcreve e comenta numerosos monumentos epigráficos romanos achados no seu aro, a par de muitas outras considerações mais ou menos eruditas ou fantasiosas, sobre a sua origem.

Os primórdios da investigação arqueológica em Portugal, enquanto actividade superiormente patrocinada pelo Estado, ascendem ao século XVIII: com data de 17 de Agosto de 1721, pouco tempo após a criação da Academia Real da História Portuguesa por D. João V, publicou-se Alvará de Ley de protecção aos monumentos e achados arqueológicos, documento dos mais antigos no seu género a nível europeu (Fig. 2), e que de pronto deu os seus frutos, já que, em 1733, em comunicação apresentada à referida Academia, Martinho de Mendonça e Pina desenvolveu considerações sobre algumas antas do País, então por ele consideradas como altares. O interesse que tão frustes monumentos despertaram nos espíritos iluminados setecentistas e, em especial nos dos membros daquela Academia, originou a primeira tentativa da sua inventariação, pelo Padre Afonso da Madre de Deus, que, em 1734, apresentou o levantamento de 315 ocorrências, o qual, infelizmente não chegou a ser publicado.

Jerónimo Contador de Argote, distinguia-se, por seu turno, ainda na primeira metade do século XVIII com a publicação *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, cuja segunda edição data de 1738. Ali se apresentou a transcrição e leitura de numerosas inscrições romanas, tarefa prosseguida na monumental obra em quatro volumes, sucessivamente impressos em 1732, 1734, 1744 e 1747, intitulada “Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas”. Além de descrever as vias e as inscrições romanas pertencentes ao referido território, o Autor apresenta, no volume II, bela gravura em madeira das célebres pinturas rupestres do Cachão da Rapa, Linhares, em rochedo sobre o Douro (Fig. 3). Ao que se crê, trata-se de uma das primeiras, senão a primeira, reprodução da arte rupestre pré-histórica europeia, merecendo, por tal facto, uma muito maior divulgação daquela que lhe tem sido dispensada. Deve-se ainda a Contador de Argote o estudo minucioso do santuário romanizado de Panóias, Vila Real, publicado no volume 1, recentemente reeditado, dado o seu inegável interesse documental.

Já na segunda metade do século XVIII, o então Bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas organizou uma colecção de objectos arqueológicos, constando de moedas, inscrições romanas proto-históricas e outros achados, parte dos quais ainda se conservam no Museu de Évora, para onde transitaram quando aquele prelado foi elevado ao Arcebispado. Merece particular destaque um precioso álbum de desenhos de inscrições em alfabeto indígena, ainda não decifradas, balizadas entre os séculos VIII/VI a. C., oriundas de diversas áreas do Baixo Alentejo, também conservado na referida Biblioteca (Fig. 4). Entretanto, o terramoto de Lisboa proporcionou a descoberta, nos subsequentes trabalhos de reconstrução da cidade, de numerosos testemunhos da presença romana: é então que se identificaram os notáveis restos do criptopórtico existente no subsolo da baixa pombalina, bem como os vestígios de um teatro romano, dedicado a Nero, situado a meia encosta da colina do castelo de S. Jorge, objecto de importante monografia de Luiz Antonio de Azevedo, de 1815 (Fig. 5).

Pode dizer-se que, no século XVIII, se assistiu à investigação de muitas ruínas arqueológicas, mas destas apenas as pertencentes à época clássica foram susceptíveis de serem convenientemente estudadas por eruditos: porém, nem sempre conseguiram aplicar a

sua formação literária com sucesso à interpretação dos dados arqueológicos com que se depararam. Tais limitações, decorrentes da própria época, explicam as interpretações apresentadas, por vezes fantasiosas da realidade observada. Esta situação é evidente, por exemplo, ao compulsar as “Memórias Paroquiais” de 1758, na parte relativa ao testemunhos arqueológicos ou seus equivalentes: na maioria dos casos, são informações ingénuas, fornecidas pelos párocos ou pessoas mais ou menos ilustradas da província, possuindo apesar de tudo um fundo de verdade, mas que raramente é valorizada de forma objectiva. O método científico aplicado à Arqueologia, que só viria a ser uma realidade no século seguinte, impedia maior rigor na análise dos testemunhos do passado.

3 – O século XIX

No século XIX, o gosto pelo conhecimento da Antiguidade Clássica mantém-se, continuando a ser cultivado pelas Academias e Sociedades de homens cultos: a mais expressiva dessas sociedades explicitamente vocacionada para os estudos arqueológicos, fundou-se em Setúbal em 9 de Novembro de 1849: era a Sociedade Archeologica Lusitana, que logo no ano seguinte iniciava a publicação dos seus Annaes (Fig. 6). Essencialmente voltada para a exploração das ruínas romanas de Tróia, na margem oposta do estuário do Sado, esta Sociedade teve vida efémera, recolhendo-se o espólio arqueológico que entretanto se obtivera, aquando da sua extinção, na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa.

Pouco depois, é fundada em Lisboa, a 22 de Novembro de 1863, a Real Associação dos Architectos Civis, por iniciativa do architecto da Casa Real Joaquim Possidónio Narciso da Silva. Desde o primeiro número do seu órgão científico, o *Archivo de Architectura Civil*, se anunciava, em subtítulo os três objectivos que norteariam a sua vida: a Arte, a Sciencia e a Historia; em subtítulo, afirmava-se que a referida publicação era o “*Jornal dos Architectos Portugueses e Archeologos*”. Com efeito, Possidonio da Silva, em particular, nutria especial interesse pela Arqueologia, tendo publicado diversas notas avulsas sobre assuntos diversos de carácter arqueológico e um *Manual de Arqueologia Medieval*, que se circunscreve à análise de aspectos estritamente architectónicos. Tais factos explicam que, pouco depois, seja tomada sob protecção real e adquira a designação que manteve até ao fim da Monarquia: Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses. Enfim, com a implantação da República, adoptou o nome que ainda conserva: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Foi grande a importância desta Real Associação na defesa do Património Construído português e na conservação de peças avulsas, entre elas algumas de relevante interesse arqueológico ou histórico, que ainda fazem parte do seu espólio, conservado na sede actual da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no Convento do Carmo, em Lisboa (Fig. 7).

A preocupação com a defesa e salvaguarda do Património Arqueológico – entendido de uma maneira alargada, pois abrangia os edifícios e objectos já do período da nacionalidade – foi efectiva e eficaz, até pela qualidade dos seus membros, individualidades

importantes nas suas terras e mesmo a nível nacional, o que facilitava a tomada de posições susceptíveis de serem apoiadas ou seguidas pelos sucessivos Governos. Prova desta intensa actividade, estendida a todo o país, é a lista de imóveis de evidente valor patrimonial elaborada por comissão para tal nomeada, tendo em vista a sua classificação como Monumentos Nacionais. Este documento, aprovado em Assembleia Geral de 30 de Dezembro de 1880, integrou, na Sexta Classe, os monumentos pre-históricos: dólmenes, menires e mamôas (mamunhas), depois de considerar, dentro da Quinta Classe, um sub-grupo constituído pelos Cippos, columnas miliarias e outras memórias epigraphicas. Afirmava-se, assim, a Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses (como já então era oficialmente designada) como uma das mais actuaes e prestigiadas sociedades oitocentistas de homens cultos, na salvaguarda e defesa do nosso rico acervo monumental. Era, no entanto, uma agremiação de antiquários, na medida em que a avaliação do interesse deste monumento ou daquela peça era baseada na sua beleza, estado de conservação ou valor como espaço ou testemunho de acontecimento memorável da História pátria; as escavações arqueológicas, deste modo só teriam interesse se produzissem materiais dignos de serem expostos, tanto pela sua beleza como raridade ou interesse histórico nacional: daí jamais terem constituído objecto prioritário da sua acção.

Esta perspectiva, marcando a era dos arqueólogos-antiquários, originada no século XVI e que percorreu os seguintes, incluindo todo o século XIX, passou, a partir dos meados deste último, a ser acompanhada de uma outra, completamente diferente, de raiz eminentemente científica, associada aos estudos geológicos que então se iniciavam, de forma sistemática, por todo o País (DINIZ & GONÇALVES, 1993/1994; FABIÃO, 1999).

A dicotomia então gerada entre ambas as formas de se promover o estudo do passado humano, ainda que não antagónicas, encontra-se notavelmente sintetizada pela pena Rafael Bordallo Pinheiro, ao caricaturar em 1880, no "António Maria", por ocasião da célebre IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia pré-Históricas, reunido em Lisboa, em Setembro desse ano, os expoentes máximos das duas referidas correntes (GONÇALVES, 1980): o já referido Arq. Possidónio da Silva e o então Coronel Carlos Ribeiro, fundador dos estudos de Geologia estratigráfica e de Arqueologia pré-histórica no nosso país (Fig. 8). Assim, enquanto o primeiro é displicentemente apresentado como "o organizador de um basar de prendas velhas no museu archeologico e descobridor de uma carroagem que elle mesmo não sabe se foi na antiguidade a tina de Semiramis ou se foi o bidé de Nero ...", já Carlos Ribeiro é tratado com admiração ("... o nome deste forte e honrado trabalhador ficará gloriosamente ligado para todo o sempre a um dos mais importantes factos da sciencia europeia n'este seculo"). Referia-se o genial caricaturista a uma das mais importantes questões tratadas na referida reunião científica: a origem e antiguidade do Homem, para cuja discussão o achado de materiais líticos, supostamente trabalhados por mão humana, em camadas geológicas da bacia do Tejo, especialmente na região de Ota, perto de Alenquer, de idade miocénica, constituía um dos factos mais relevantes para o esclarecimento de tal questão, a nível mundial.

Com efeito, a importância das descobertas realizadas por Carlos Ribeiro em Portugal só pode ser cabalmente compreendida desde que devidamente situada no panorama

científico da época (SANTOS, 1980). Em monografia apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa em 1871, declarou o seguinte, a propósito da autenticidade das indústrias líticas do suposto “Homem Terciário” que vinha recolhendo nas bacias do Tejo e do Sado, desde a primeira metade da década anterior: “Mas, se apesar das considerações expostas, ainda houver duvida em aceitar o homem miocène de Portugal, convidaremos os geólogos a explorar as escarpas formadas pelas camadas do grupo (a) nas cercanias de Lisboa, e as camadas do grupo (b) atravessadas pelas estradas do Carregado às Caldas, e de Villa Nova da Rainha a Rio Maior, e ahí encontrarão dados authenticos e provas concludentes, que lhes demonstrem a contemporaneidade da nossa especie com aquellas camadas terciarias” (RIBEIRO, 1871, p. 57). Estava, deste modo, lançado o tema que iria ocupar boa parte das preocupações de Carlos Ribeiro na década de 1870: a demonstração da antiguidade e autenticidade do talhe humano dos célebres eólitos, sílices e quartzitos por ele recolhidos na bacia inferior do Tejo e do Sado (Fig. 9). Tais descobertas provocaram interesse, embora reservado, na comunidade científica internacional, ainda que esta se rendesse cada vez mais à autenticidade das descobertas devidas a Casimir Picard, logo seguidas das de Boucher de Perthes, no vale do Somme, perto de Abbeville. Como declarou o próprio Carlos Ribeiro, no Relatório da sua participação na VI Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, reunido em 1872 na cidade de Bruxelas (RIBEIRO, 1873a, p. 3), “Ainda em 1860 a Academia Real das Ciências de Paris se assustou por tal fórma com a nota que lhe apresentára o respeitavel paleontologista E. Lartet sobre a antiguidade geologica da especie humana, que se absteve de a publicar, e apenas consentiu que nos seus *compte-rendus* se fizesse menção do título”. Desconhecemos qual o efectivo fundamento desta afirmação, porquanto a mesma prestigiada revista havia publicado no ano anterior (1859) comunicação de Albert Gaudry, na qual se admitia tal antiguidade para a espécie humana, comprovada pela coexistência de produtos da sua actividade com restos de espécies extintas de animais: uma evidência, para nós óbvia, suscitava, então a mais viva das polémicas.

Nesse mesmo ano de 1859, uma delegação de sábios ingleses ao mais alto nível tinha-se deslocado a Abbeville; e, de impugnadores das descobertas de Boucher de Perthes, que, persistentemente continuava a publicar a sua obra monumental “*Antiquités Celtiques et Antédiluviennes*” – 1º Vol. (1847); 2º Vol. (1857); 3º Vol. (1864) –, passaram a defensores das suas descobertas. Em 1863, um fragmento de mandíbula humana – o primeiro resto osteológico humano encontrado de idade diluviana e, por isso mesmo, de importância capital, não obstante a copiosa colecção de artefactos entretanto reunidos, tanto no vale do Somme como em outros locais – apareceu em Moulin Quignon, perto de Abbeville. Então, a situação inverteu-se: enquanto os sábios franceses começavam a aceitar a autenticidade das descobertas de Boucher de Perthes, os ingleses recuaram: Falconer, antes ardente defensor, escreve uma carta ao “Times” declarando, em seu nome e no de outros que o tinham acompanhado em 1859, que se tinha enganado.

Esta reviravolta não era estranha à polémica que estalara em Inglaterra, naquele mesmo ano de 1859, aquando da publicação da 1ª. Edição da célebre obra de Charles Darwin. A opinião pública, em parte instigada pela Igreja Anglicana, constrangia a

comunidade científica. E, no entanto, a realidade arqueológica não contradizia a tradição bíblica no concernente à existência do Dilúvio Universal. Como bem assinalou M. Farinha dos Santos, “O Dilúvio existiu, reflectindo, na memória colectiva, um grande acontecimento natural que ocorreu há milénios, a última glaciação e suas esmagadoras consequências...” (SANTOS, 1980, p. 254). Modernas investigações conduzidas ulteriormente, nas décadas de 1980 e de 1990, mostraram que, entre 13000 e 11000 anos antes do presente, o nível marinho, na costa portuguesa subiu cerca de 60 m, atingindo então a batimétrica – 60 m, bruscamente alagando vastos territórios: é fácil imaginar os profundos impactes que o fenómeno induziu na vivência das populações da época, obrigadas a alterar drasticamente, e em curto período de tempo, o seu quotidiano e bases de subsistência. O mesmo terá ocorrido mais tarde, logo no início do Pós-Glaciário: há cerca de 10 000 anos, novo aquecimento climático, então ocorrido, provocou nova subida do nível marinho, de 40 m em apenas 2000 anos, o qual atingia, cerca de 8000 anos atrás, a batimétrica –20 m (DIAS, 1987; DIAS *et al.*, 1997), induzindo novas perturbações na vida das numerosas comunidades que ocupavam a faixa litoral, brusca e definitivamente submersa até hoje (CARDOSO & SANTOS, 1999).

Não esqueçamos que as preocupações de concatenar os progressos científicos da origem e antiguidade do Homem com os dogmas da Igreja, preocupou desde o início diversos sábios e não apenas teólogos (GONÇALVES, 1978). De entre os Portugueses, merece referência especial a obra do Marechal-Duque de Saldanha, publicada em 1863 em Roma e dedicada ao Papa Pio IX “Concordanza delle Scienze Naturali e principalmente della Geologia com le Genesi”, na qual o autor admitiu que o prosseguimento das descobertas podia conduzir à comprovação de uma Humanidade antediluviana. Deste modo, facilmente se compreende a importância do achado, em Março daquele ano de 1863, da mandíbula de Moulin-Quignon, imediatamente sucedido da constituição de uma comissão paritária anglo-francesa para o avaliar. Em Maio, os seus membros reuniram-se no Muséum National d’Histoire Naturelle de Paris; sem que se tivesse chegado a acordo, resolveram deslocar-se ao local da descoberta. As dúvidas então desvaneceram-se, como consta do acórdão final, redigido por Milne-Edwards (CARDOSO, 1993). Eis como um erro científico – pois a mandíbula em causa pertence a um homem moderno – pode, em certas circunstâncias, ser benéfico ao próprio progresso da Ciência. Entre os membros da dita comissão, destacou-se o geólogo Inglês Sir Charles Lyell que nesse mesmo ano de 1863 publicou em Londres célebre livro, intitulado “The Geological Evidences of the Antiquity of Man”, o qual teve, de imediato, uma edição americana e, no ano seguinte, a respectiva tradução francesa. Factos que bem evidenciam a avidez do público pela discussão científica de tal matéria..

Em Portugal, esta preocupação foi expressa, também, pelo início da exploração sistemática de grutas, especialmente das existentes no maciço Calcário estremenho. Com efeito, os depósitos ali existentes eram particularmente propícios à conservação de restos de animais extintos, em associação estratigráfica com produtos da indústria humana, comprovando deste modo a antiguidade de tal presença. Logo em 1865 Nery Delgado, então jovem Tenente, em serviço na Comissão Geologica de Portugal, realizou

escavações em várias grutas do planalto das Cesaredas (Peniche/Óbidos), publicando importante memória em 1867. Não fosse a situação periférica do nosso País e o estauo de menoridade científica que já então detinha, face à Europa da época, e a célebre raça paleolítica “de Cro-Magnon”, definida com base nos achados humanos do sítio epónimo, bem se poderia designar por “de Cesaredas” ou “da Casa da Moura”, já que, do ponto de vista científico, os achados realizados por Nery Delgado têm prioridade sobre os franceses...

Entretanto, a referida Comissão desenvolvia trabalhos de campo noutras áreas da Pré-História portuguesa, com destaque para o estudo dos célebres concheiros de Muge, descobertos por Carlos Ribeiro em 1863, os quais foram objecto de uma primorosa monografia, publicada em 1865, da autoria de Pereira da Costa. A questão da demonstração científica da antiguidade do Homem, numa altura em que certos fundamentalistas religiosos, baseados na aplicação estrita da cronologia bíblica, faziam remontar a antiguidade da Criação a escassos milhares de anos, transparece do próprio título da monografia: “Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo/Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda”; com efeito foi apenas nos finais do século XIX, ou mesmo inícios do seguinte que, finalmente, os teólogos mais renitentes se viram forçados a aceitar o sentido simbólico de tais datas, em que dias ou anos bíblicos não poderiam ser confundidos com dias ou anos de calendário. Como se sabe, ainda hoje esta questão não se encontra totalmente resolvida, no ensino oficial de alguns (felizmente, poucos) países. A referida comissão ocupou-se também do estudo de materiais recolhidos em povoados pré-históricos (Fig. 10) e de monumentos funerários correlativos, com destaque para as antas (Fig. 11); a estas se refere monografia, da autoria de Pereira da Costa, editada em 1868, mas já sem a chancela da Comissão Geologica de Portugal, dissolvida no final daquele ano por desinteligências havidas entre os dois membros.directores: Pereira da Costa e Carlos Ribeiro (aquela voltou a ser restaurada, cerca de um ano volvido, mas apenas com Carlos Ribeiro na Direcção).

Data também dessa altura a afirmação da Arqueologia nos Países Nórdicos onde os testemunhos de várias épocas se conservaram excelentemente nas turfeiras, exibindo características próprias, libertos da cultura Clássica, uma vez que ali jamais chegou a presença de Gregos e Romanos: foi, no entanto, ali, no norte escandinavo, que o texto de Lucrécio, sobre a existência de três idades sucessivas na marcha da Humanidade: a da Pedra; a do Bronze; e a do Ferro foram, pela primeira vez, cabalmente confirmadas e mesmo subdivididas por Worsaae antes de 1860, tornando evidentes a qualidade e o avanço da Arqueologia nórdica.

Por todo o lado, os nacionalismos encontravam-se então em plena fermentação; não espanta que a Arqueologia também fosse utilizada para os justificar, legitimando prioridades ou diferenças, sem esquecer que o conhecimento dos primórdios da Humanidade a todos dizia respeito, sendo, por isso, um contributo devido pelas Nações que pretendessem viver em comunhão com as restantes (RIBEIRO, 1873a, p. 91).

Era este o espírito que animava os pioneiros da 2ª. Comissão Geológica de Portugal desde o momento da sua criação em 1857. Não ignoravam o progresso dos conhecimentos

além-fronteiras: disso é prova não apenas a correspondência do foro arqueológico trocada com os seus pares, conservada no Arquivo Histórico do IGM, mas ainda a abundância de citações que pontuam as suas obras, denotando leituras que influenciaram, desde o início, as interpretações apresentadas sobre as mais diversos factos de observação; outros exemplos se poderiam apontar, para além da semelhança de títulos e subtítulos de obras portuguesas e estrangeiras (CARDOSO, 1997, Fig. 1).

Deste modo, os trabalhos de Carlos Ribeiro, Pereira da Costa e de Nery Delgado, vieram provar que, também em Portugal e à semelhança do verificado noutros Países onde os estudos pré-históricos tinham começado há mais tempo e se encontravam mais desenvolvidos, era possível alcançar o conhecimento de um passado humano, muito para além dos documentos escritos, apenas apoiado nos testemunhos materiais que nos chegaram, os quais eram retirados do arquivo da terra e interpretados com base, respectivamente, no método estratigráfico e tipológico, afinal os mesmos que, ainda hoje, presidem ao trabalho do arqueólogo. Ao contrário do verificado em outros países mais ricos e desenvolvidos, como a vizinha Espanha, em Portugal, tais trabalhos, longe de se revelarem pontuais e feitos ao sabor das circunstâncias, assumiram, ainda que fugazmente, carácter continuado e programado, sendo conduzidos por profissionais e realizados oficialmente: recorde-se que tanto Carlos Ribeiro como Nery Delgado atingiram o posto de General de Divisão desde que, como tenentes, foram requisitados para desenvolver funções do foro estritamente técnico-científico ligado ao reconhecimento geológico do País, onde se inscreviam as suas actividades arqueológicas no domínio da Pré-História, não mais regressando a quartéis.

O concurso harmónico e integrado de diversas áreas científicas para o conhecimento da realidade humana pretérita, recorrendo à Paleontologia, à Antropologia Física e aos estudos comparados das tradições populares e dos povos primitivos actuais (consubstanciando uma nova área científica então designada por "Paletnologia"), conduziu a abordagens da realidade arqueológica de uma forma "moderna", a qual entretanto se perdeu, para só recentemente, vir a ser progressivamente retomada. Qualitativamente, a prática arqueológica desenvolvida por estes pioneiros foi inquestionavelmente mais rica e criativa daquela que ulteriormente se instalou na "praxis" arqueológica, tanto em Portugal como na generalidade dos países europeus. Tal realidade justificou o epíteto de "Idade de Ouro" da Arqueologia portuguesa, criada por alguns arqueólogos, para caracterizar o período de actividade da 2ª. Comissão Geológica sob a égide de Carlos Ribeiro, primeiro com Pereira da Costa (período de 1857-1868) e Nery Delgado, depois apenas com este último, como atrás se referiu (período de 1869-1882). Aliás o notável nível científico atingido por Nery Delgado na sua época, tanto na Geologia, como na Arqueologia, coloca-o a par dos mais eminentes dos seus contemporâneos, como bem assinalou João Zilhão, em trabalho dedicado ao seu labor arqueológico (ZILHÃO, 1993).

Ainda nessa época precursora, se integra Francisco Martins Sarmiento (1833-1899): a sua principal actividade arqueológica centrou-se, para além da análise crítica de textos clássicos, a qual deu origem a duas obras de referência, no pobre panorama científico da especialidade, a "Ora Maritima", de R. Festus Avienus, ensaio crítico do poema na parte

relativa a Portugal e Galiza, 1ª. Edição de 1880 e “Os Argonautas, subsídio para a antiga História do Ocidente”, estudo publicado em 1880, nas explorações de monumentos megalíticos minhotos e, sobretudo, nas extensas escavações realizadas nos povoados proto-históricos fortificados (castros) da região vimaranense, de Sabroso e Briteiros. A exploração destes dois sítios conferiram-lhe renome internacional, granjeado sobretudo a partir da visita, em 1880, de numerosos arqueólogos que haviam participado no Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, pouco antes reunido em Lisboa.

A associação do estudo das fontes clássicas às pesquisas arqueológicas, feitas no terreno, diferencia a obra de Martins Sarmiento, de ambas as correntes supra-citadas aproximando-a estreitamente da via seguida por outros grandes arqueólogos contemporâneos, como H. Schliemann, que pela mesma época localizou e escavou a cidade de Tróia, com base nos relatos deixados por Homero e a de Micenas, incluindo os túmulos reais ali existentes. Aliás, as semelhanças entre ambos são ainda singularmente sublinhadas, se se recordar a opinião de alguns dos visitantes da Citânia em 1880, e do próprio explorador, ao admitirem influências micénicas nos motivos decorativos de elementos arquitectónicos patentes na Citânia, as quais, evidentemente, não se confirmaram depois (SARMENTO, 1899/1903). A expressão desta linha de trabalho, encontrou ainda no extremo oposto do País, um outro notável cultor: Sebastião Phillippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891) (Fig. 12); encarregado pelo Governo de proceder ao levantamento arqueológico do Algarve, depois de diversos trabalhos anteriores, com destaque para o relativo às “Antiguidades de Mafra” (1879). O resultado do seu trabalho, metodicamente conduzido no terreno durante vários anos, expressa-se em quatro volumes, publicados entre 1886 e 1891, abarcando a Pré-História e a Proto-História daquela província; ficou por publicar a parte relativa ao Período Romano, a qual veio a ser postumamente divulgada nas páginas de *O Arqueólogo Português*, revista dirigida por José Leite de Vasconcellos. A actividade arqueológica desenvolvida por este insigne polígrafo (1858-1941) serviu-lhe, sobretudo, à preparação do seu trabalho mais notável neste domínio, publicado em três volumes, as “Religiões da Lusitânia” (1897-1913). Leite de Vasconcellos, que aliou a sua vasta erudição a uma febril actividade de terreno, em quase todos os domínios da Arqueologia, consubstancia, deste modo, o legado de Martins Sarmiento e de Estácio da Veiga, estendendo-o a quase todo o território nacional, mercê de uma rede de contactos que estabeleceu; só assim lhe foi possível lançar as fundações de uma das obras a que mais devotadamente se dedicou: a criação de um Museu do Povo Português, desde as suas origens mais remotas (o Actual Museu Nacional de Arqueologia, sediado ainda no edifício onde foi primeiramente organizado, no Mosteiro dos Jerónimos).

Com o progressivo empenhamento de Leite de Vasconcellos em outras áreas como a Etnografia e a linguística, chega-se ao fim de uma época, situável nos primórdios do século XX. Doravante, a Arqueologia passaria a deter um interesse menor, no contexto da investigação portuguesa, que se prolongou por décadas. O seu ressurgimento, e mesmo assim de forma mitigada, verificar-se-ia apenas a partir de meados do século: com efeito tinha sido demasiado o atraso acumulado, em que os estudos de terreno e as consequentes

monografias decaíram de tal forma que os seus efeitos se repercutiram, no tempo, de forma duradoura; com honrosas excepções, foi preciso esperar mais de trinta anos para, com o início da década de 1980, para que uma nova geração de arqueólogos, estribados num ensino universitário que definitivamente institucionalizou a Arqueologia como área científica autónoma, como hoje se verifica nas três mais antigas Universidades portuguesas, conseguissem demonstrar a sua importância, no conjunto das áreas por que se reparte actualmente a investigação científica e o ensino universitário no País. Não se resiste a transcrever, a este propósito, as palavras proferidas no lançamento do volume 5 dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, a 25 de Abril de 1995, na presença dos Ministros Adjunto do Primeiro Ministro, Dr. Jorge Coelho e do Ministro da Cultura, Prof. Doutor Manuel M. Carrilho: “Claro que tem de haver paixão; evidentemente que é indispensável a pertinácia militante, quando os gabinetes de trabalho alcatifados se encontram substituídos por descampados poeirentos ou pela humidade das grutas. Mas, não nos iludamos: por detrás da dedicação pessoal, a Arqueologia exige uma sólida formação técnico-científica, cujas bases só a Universidade pode oferecer, por forma a ser praticada de maneira credível e consequente... a única via, aliás, susceptível de, a nível nacional, alicerçar o estatuto de maioria (...). Tal objectivo estará, em boa parte, nas mãos daqueles que, nas estruturas da Administração Local ou Regional, demonstrarem, na prática, a importância do seu trabalho, e as vantagens mútuas decorrentes do estabelecimento de relações profissionais com técnicos de diversa formação, sem preconceitos desusados ...”. Com efeito, para este movimento de renovação tivesse tido o sucesso que hoje se lhe reconhece, contribuíram, e muito, o Poder Local, e a própria integração europeia de Portugal, ao criarem condições objectivas para a ocupação, a tempo inteiro de jovens recém-licenciados em Arqueologia. Aquele, por constituir o reflexo directo do próprio sentir das populações, de Norte a Sul, em especial da população escolar que, mediante acção pedagógica exercida pelos educadores e professores, cada vez mais empenhadas e motivadas pelo conhecimento e salvaguarda das suas raízes culturais; esta, por proporcionar os fundos necessários às grandes obras públicas que, a partir de 1985 transformaram profundamente o País, acompanhadas da correspondente exigência de proceder aos respectivos estudos de impacte ambiental, dos quais faz parte obrigatória a componente arqueológica.

Assim, em pouco menos de 15 anos, se criaram condições objectivas e duradouras para o estudo, valorização e adequada divulgação do nosso rico património arqueológico, objecto e fonte inesgotável de investigação, a bem da salvaguarda da identidade nacional: preocupação ultrapassada, dirão alguns; mas que jamais, para outros, se afigurou tão urgente, no quadro de globalização a nenhum País se poderá eximir. É entre estes últimos que o signatário se encontra, a menos que lhe seja demonstrada a dispensabilidade, para a sociedade do presente, de conhecer as suas próprias origens, mesmo as mais profundas, aquelas que mergulham na Pré-História e são património comum a outros povos e nações: quando tal acontecer, aí de nós, pois é a própria ideia da História que estará em risco de soçobrar.



Libri Quatuor

DE ANTIQVITATIBVS LVSITANIÆ
à Lucio Andrea Resendio olim inchoati, &
à Iacobo Menocchio Vasconcello,
recogniti, atq; absoluti.

*Accessit liber quintus de antiquitate municipij Eborensis, ab eodem
Vasconcello conscriptus, quo etiam autore, secundus
tomus quinque alios libros continens, cito,
deo opt. max. fauente,
in lucem prodibit.*

Permittente regia maiestate, & supremo sacro sanctæ
inquisitionis senatu, cum priuilegio
ad decennium.

*Excudebat Martinus Burgenfis academia typographus.
Eboræ anno
1593.*



Fig. 1 – Portada da 1ª Edição de *De Antiquitatibus Lusitaniae* de André de Resende (É)

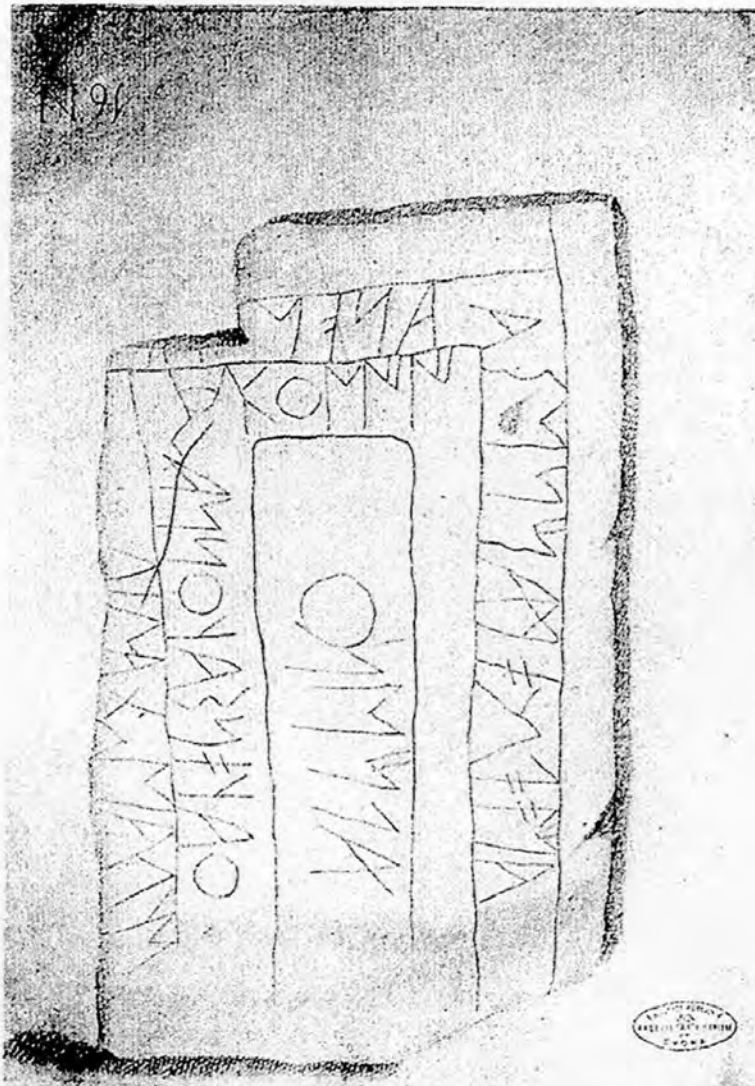


FU EL-REY Faço saber aos que este Alvará de Ley virem, que por me representarem o Director, e Censores da Academia Real da Historia Portugueza, Ecclesiastica, e Secular, que procurando examinar por si, e pelos Academicos os Monumentos antigos, que havia, e se podiaõ descobrir no Reyno, dos tempos, em que nelle domináraõ os Phenices, Gregos, Persos, Romanos, Godos, e Arabios, se achava que muitos, que pudéraõ existir nos edificios, estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moédas, e outros artefactos, por incuria, e ignorancia do vulgo se tinhaõ consumido, perdendo-se por este modo hum meyo muy proprio, e adequado, para verificar muitas noticias da veneravel antiguidade, assi Sagrada, como Politica; e que seria muy conveniente á luz da verdade, e conhecimento dos Seculos passados, que, no que restava de semelhantes memorias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno, em que póde ser muito interessada a gloria da Nação Portugueza, naõ só nas materias concernentes á Historia Secular, mas ainda á Sagrada, que saõ o instituto a que se dirige a dita Academia. E deseяando eu contribuir com o meu Real poder, para impedir hum prejuizo taõ sensivel, e taõ damnoso á reputação, e gloria da antiga Lusitania, cujo Dominio, e Soberania foi Deos servido dar-me; Hey por bem, que daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrúa em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado; e da mesma forte as estatuas, marmores, e cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Phenices, Gregos, Romanos, Goticos, e Arabicos; ou laminas, ou chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres; como outro-si medalhas, ou moédas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferior-

Fig. 2 – “Alvará de Ley” de 17 de Agosto de 1721 relativo à protecção de monumentos e espécies arqueológicas.



Fig. 3 – Gravura em madeira publicada por Gerónimo Contador de Argote, no volume II das *Memoria Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga*, de 1734, representando as pinturas rupe-pré-históricas do Cachão da Rapa, sobre o rio Douro.



- Portada e lápide com inscrição da I Idade do Ferro, do álbum do bispo de Beja, D. Frei Manuel do anáculo Vilas-Boas, conservado na Biblioteca de Évora, in C.M. Beirão, 1986, *Nota sobre duas "pedras de Cenáculo"* Arquivo de Beja Série II 3 pp. 101-112.

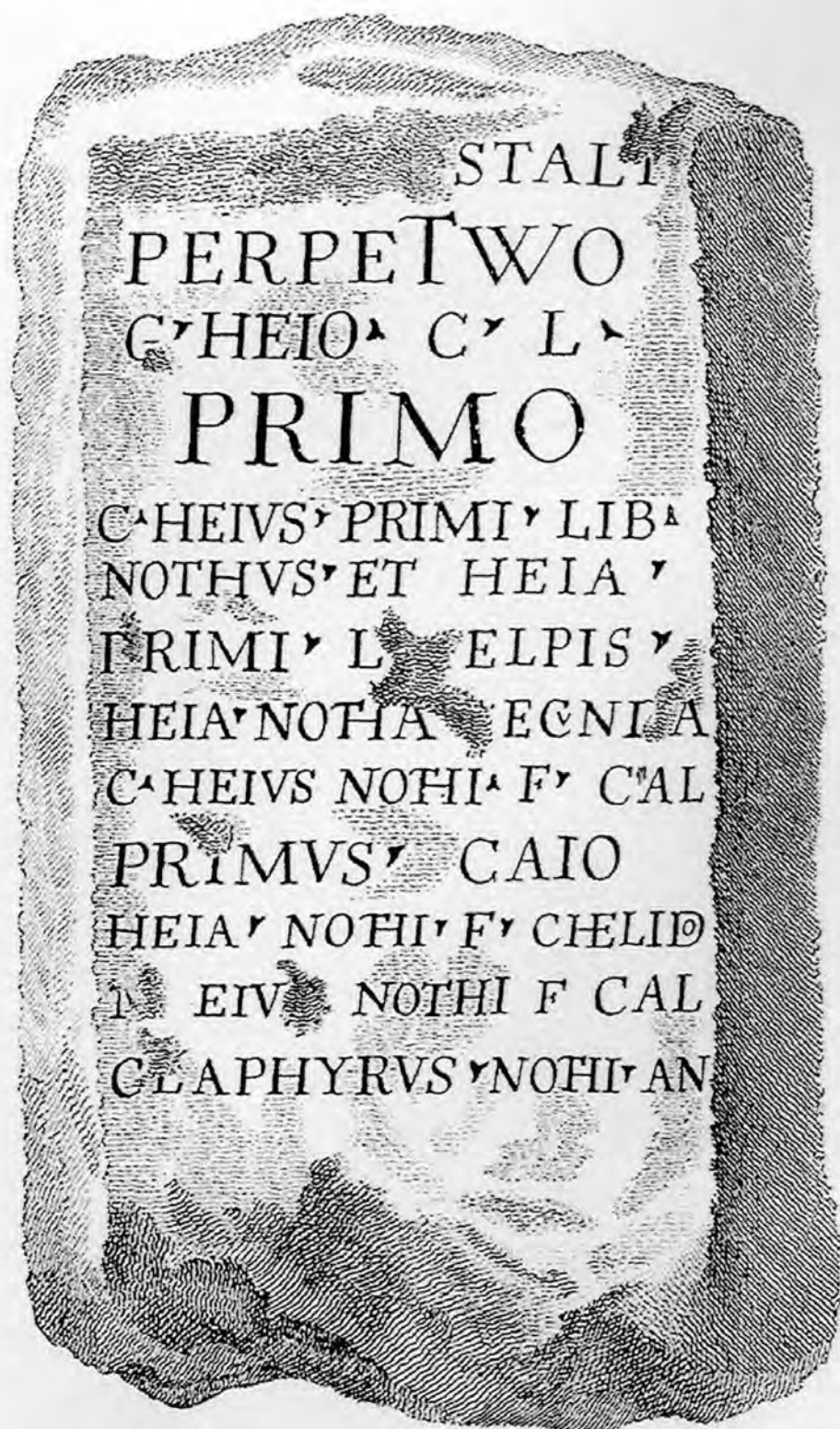


Fig. 5 – Lápide romana encontrada no final do século VXIII no local do antigo teatro romano de Lisboa, dedicado a Nero (AZEVEDO, 1815).

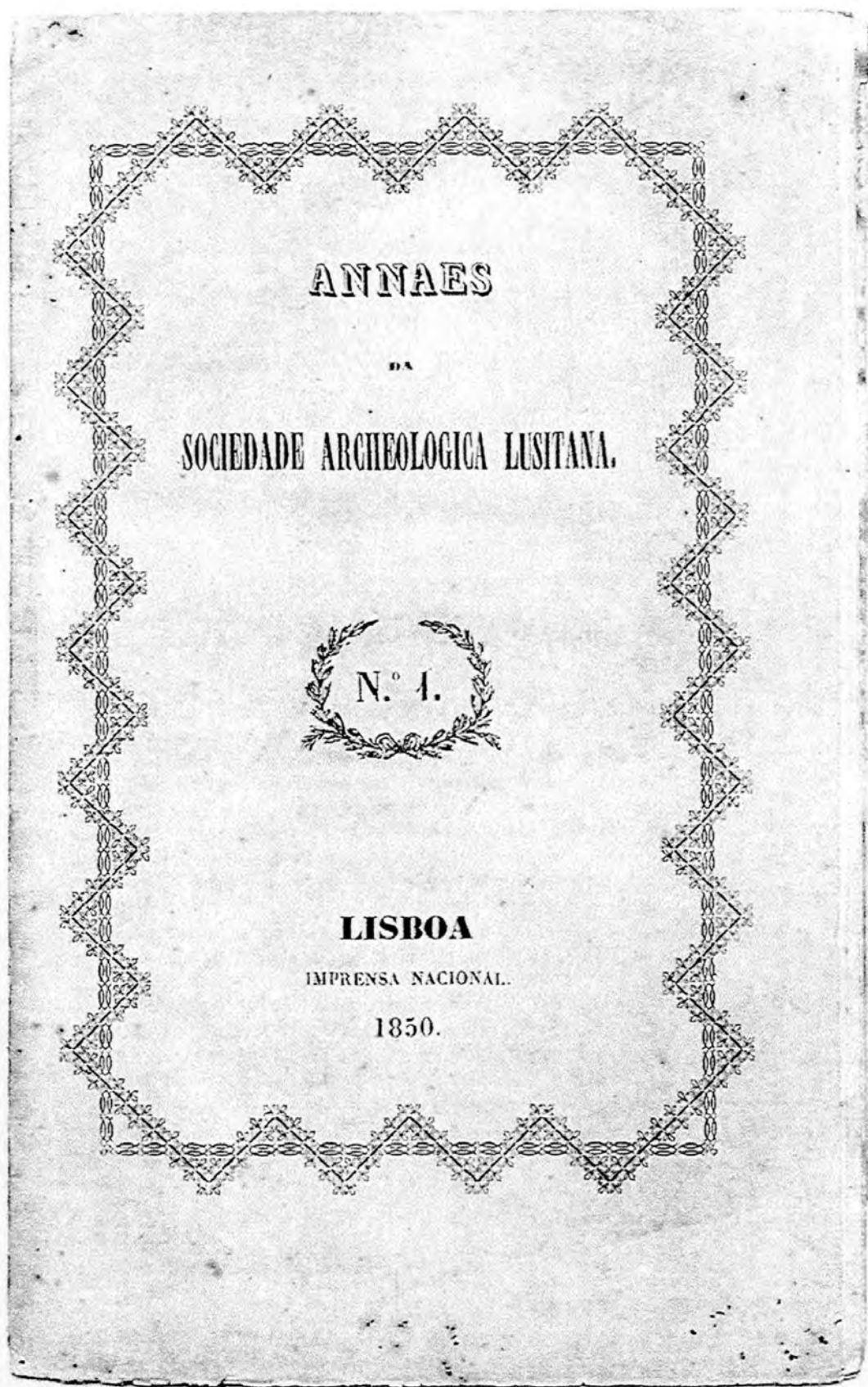


Fig. 6 – Página de rosto do primeiro número dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, fundada em Setúbal a 6 de Novembro de 1849.

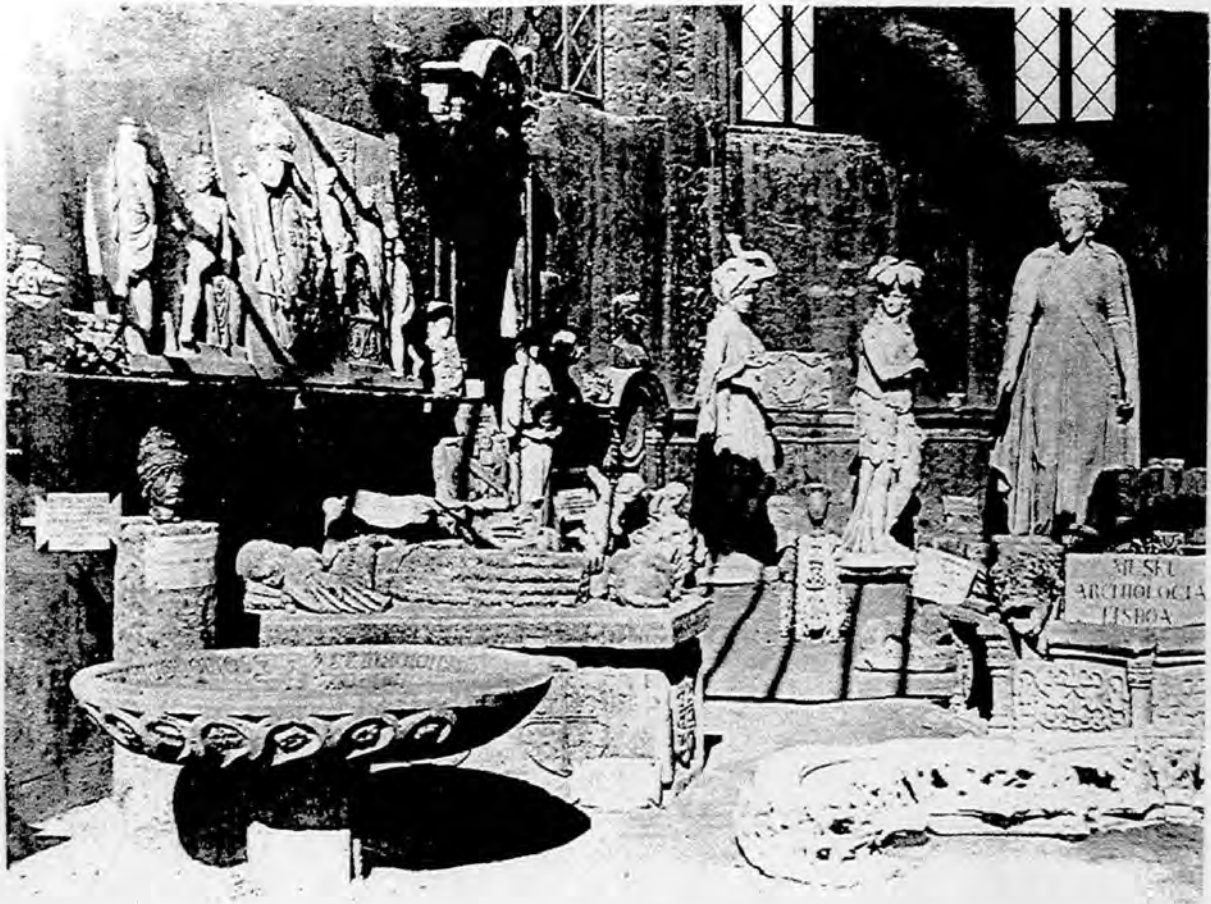


Fig. 7 – Vista parcial do Museu da “Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, e já instalado no Convento do Carmo, em Lisboa.

Varias apresentações



CARLOS RIBEIRO, O DESCOBRIDOR DO HOMEM TERCIARIO PORTUGUEZ. — Quando alguns dos sabios nacionaes viram posta em duvida a autenticidade d'este descobrimento elles jubilarão muito, porque não ha coisa que mais alegre um sabio ambiguo do que encontrar um outro que lhe parece mais ambiguo ainda. Não obstante isso, o nome d'este forte e honrado trabalhador ficará gloriosamente ligado para todo e sempre a um dos mais importantes factos da sciencia europeia n'este seculo.

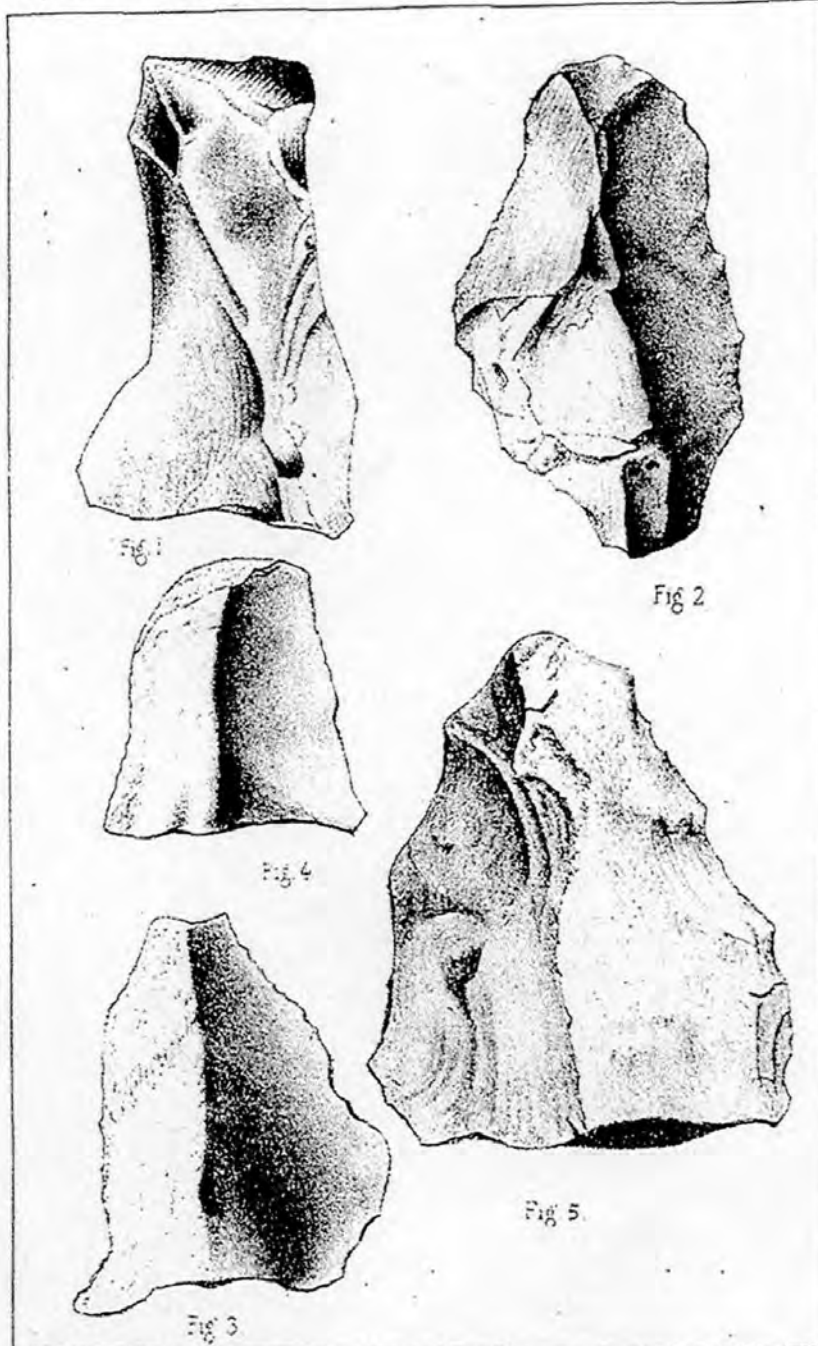


O SR. POSSIDONIO. — Sabio nacional, organisador de um basar de prendas velhas no muscu archeologico e descobridor de uma carroçeta que elle mesmo não sabe se foi na antiguidade a tina de Sennamias ou se foi o bidé de Nero. Elle é d'essa berlinda, d'aquelle basar de prendas e do Instituto de França.

Fig. 8 – Duas maneiras de fazer Arqueologia, no Portugal de Oitocentos, genialmente caricaturadas | Raphael Bordallo Pinheiro, n' *O António Maria*, por ocasião da reunião em Lisboa, em Setembro de 1880, da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas.

Comptes-rendus du Congrès préhistorique

PL.3



SILEX TERTIAIRES DU PORTUGAL.

(Mémoire de M. RIBEIRO)

(grandeur naturelle).

Fig. 9 - "Eólitos", peças supostamente talhadas pelo hipotético "Homem Terciário", apresentadas por Carlos Ribeiro, em 1872, em Bruxelas, à VI Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (RIBEIRO, 1873, P1.3).



Fig. 10 – Cromolitografia de fragmentos cerâmicos pré-históricos, recolhidos por Carlos Ribeiro no p^o Rotura, Setúbal e destinada à publicação de um álbum, em 1867, que não chegou a efectivar-se.

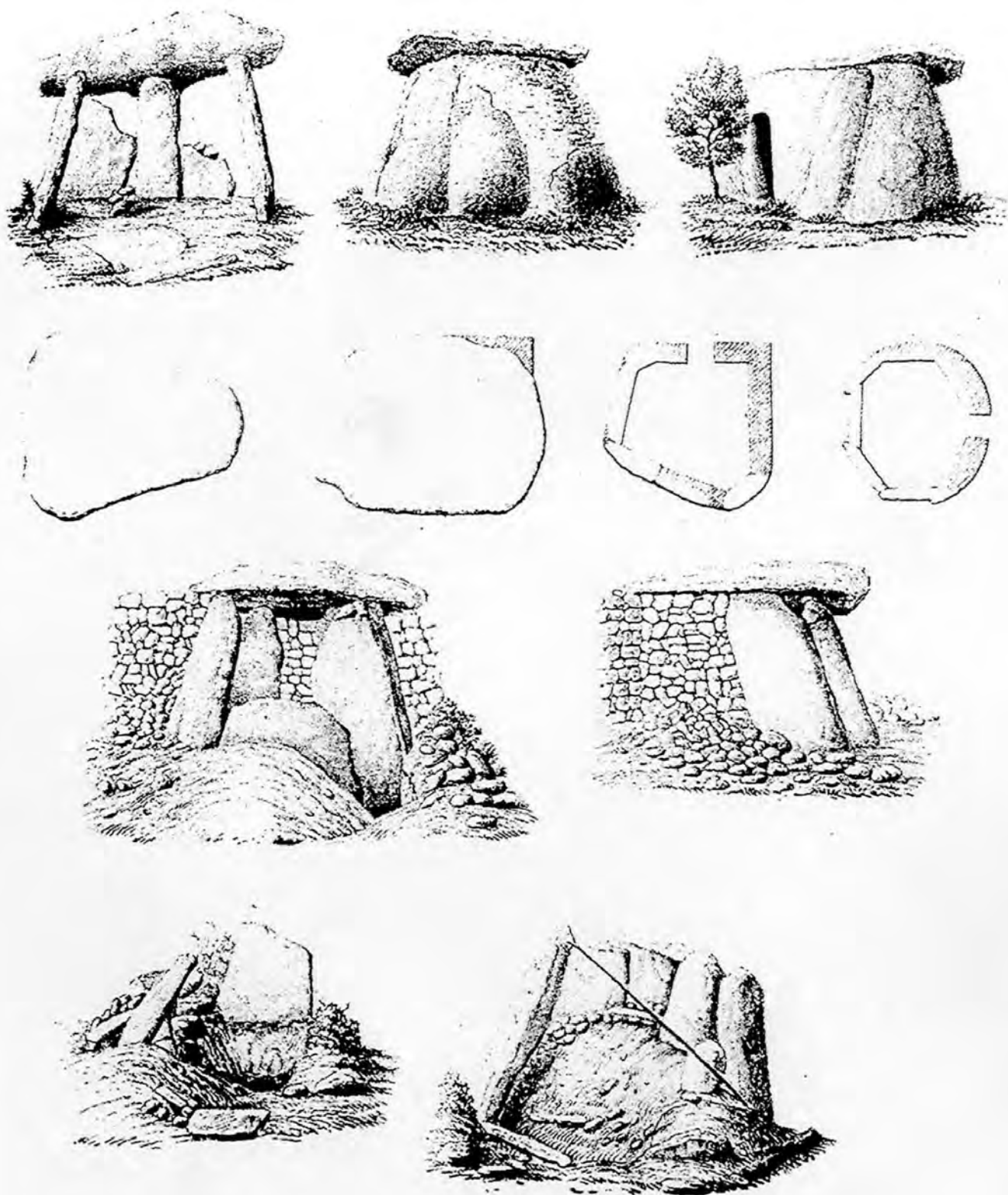


Fig. 11 – Litografias de antas portuguesas, publicadas em 1868 por F.^a Pereira da Costa.



Fig. 12 – O arqueólogo algarvio S.P.M. Estácio da Veiga (1828-1891), in V.S. Gonçalves, 1979, “A Arqueológica do Algarve, Estratégias e Perspectivas”, *CLIO, Rev. do Centro de História Universidade de Lisboa*, 1, pp. 99-116.

Bibliografia

- CARDOSO, J. L. (1993) – Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 567 p.
- CARDOSO, J. L. (1997) – As grutas, os grandes mamíferos e o homem paleolítico: uma aproximação integrada ao território português. Estudos do Quaternário. Lisboa: Colibri. 1: 13-23.
- CARDOSO, J. L. & SANTOS, M. F. (1999) – Riqueza e diversidade do registo arqueológico: o caso do litoral a norte da praia de Santa Cruz (Tores Vedras). In *Fraternidade e Abnegação – A Joaquim Veríssimo Serrão – Os Amigos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2: 6773-683.
- DIAS, J. M. A. (1987) – Dinâmica sedimentar e evolução recente da plataforma continental portuguesa. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- DIAS, J. M. A.; RODRIGUES, A. & MAGALHÃES, P. (1997) – Evolução da linha de costa em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade. Estudos do Quaternário. Lisboa: Colibri. 1: 53-66.
- DINIZ, M. & GONÇALVES, V. S. (1993-1994) – Na 2^a. metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 11/12: 175-187.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-Madan*. Almada. Série II, 8: 86-108.
- GONÇALVES, V. S. (1978) – A emergência da Pré-História como disciplina independente (1800-1847). *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. Série IV, 2: 335-364.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas (Lisboa, 1880): uma leitura, seguida da “crónica” de Bordalo Pinheiro. Lisboa. Centro de História da Universidade de Lisboa, 18 p. e anexos.
- RIBEIRO, C. (1871) – Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário da bacias do Tejo e Sado. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 57 p.
- RIBEIRO, C. (1873 a) – Relatório acerca da Sexta reunião do Congresso de Anthropologia e de Archeologia Prehistorica verificada na cidade de Bruxelas no mez de Agosto de 1872. Lisboa: Imprensa Nacional, 91p.
- RIBEIRO, C. (1873 b) – Sur des sílex taillés, découverts dans les terrains miocène et pliocène du Portugal. Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques. C.-R. 6ème Session (BRUXELLES, 1872). Bruxelles: C. Muquardt, ed.: 95-100.
- SANTOS, M. F. (1980) – Estudos de Pré-História em Portugal de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 26 (2): 253-297.
- SARMENTO, F. M. (1899/1903) – A arte mycenica no Noroeste de Hispania. *Portugalia*. Porto. 1: 1-12.
- ZILHÃO, J. (1993) – As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série X, 3: 111-125.